

**ACTA N ° 03/ AM /2010**

**ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E DEZ.**-----

Aos doze dias do mês de Maio de dois mil e dez, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

- 1. Medidas Preventivas e Suspensão do PDM de Santiago do Cacém na área onde se irá desenvolver o Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL.**-----
- 2. 1ª Revisão ao Orçamento de 2010 para incorporação do saldo do ano anterior.** -
- 3. 1ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2010/2013.**-----
- 4. Imputação ao Município das despesas com Pessoal da CIMAL, resultante da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal desta entidade.**-----

-----**Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

-----**Não compareceram os membros:** Alexandre António Cantigas Rosa, João Saraiva de Carvalho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Hélder António Pereira Nunes e Joaquim António Gonçalves.-----

-----**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Álvaro Beijinha, Arnaldo Frade, Óscar Ramos e Carlos Pereira Dias.-----

-----**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

**NOMEAÇÃO “AD HOC” DA 2ª SECRETÁRIA**-----

Verificada a ausência da 2ª Secretária, o Senhor Presidente nomeou “ad hoc”, a Senhora Teresa Isabel Matos Pereira, para a substituir.-----

-----**SUBSTITUIÇÃO DE ELEITOS**-----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que os senhores José Joaquim Catalino dos Santos e Joaquim António Gonçalves, seriam substituídos na sessão em curso, pela senhora Maria Odília Matos e Francisco Maria Brissos, respectivamente, seus substitutos legais nas juntas de freguesia a que presidem. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

**1. Medidas Preventivas e Suspensão do PDM de Santiago do Cacém na área de aplicação dessas medidas**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a proposta de texto das Medidas Preventivas em sede da Revisão do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, conforme minuta em anexo, reformulada de acordo com parecer da CCDR Alentejo, e em substituição da minuta constante da deliberação da Câmara Municipal de 22.04.2010.\* -----

**FUNDAMENTOS DE FACTO: 1.** Através de deliberação tomada em reunião de 22.04.2010, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, aprovou a proposta de estabelecimento de Medidas Preventivas e suspensão do PDM de Santiago do Cacém na área de aplicação destas, que corresponde à área onde se irá desenvolver o Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM;----

2. De acordo com a mesma deliberação, o processo respectivo foi remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo para emissão de parecer nos termos do artigo 109.º, n.º 3, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, para que se instruisse a proposta a enviar à Assembleia Municipal;-----

3. Através do parecer emitido a 27.04.2010, aquela entidade veio propor, ainda que apenas a título de sugestão – e *“(…) para uma eficaz possibilidade de concretização do Centro de Gestão de Resíduos, enquanto conjunto de unidades de diversa natureza, podendo surgir iniciativas inovadoras relacionadas com a respectiva actividade não elencadas, e ainda incluindo eventualmente a abertura de acessos, construção de edifícios”* - que ao conteúdo do artigo 3.º se possa acrescentar: *“Outras acções, incluindo novas construções, ficam sujeitas a emissão de parecer vinculativo da CCDR Alentejo.* -----

4. Afigurando-se justificada e pertinente a introdução daquele procedimento para as acções que se venham a revelar necessárias para além das especificadas, procede-se ao seu aditamento ao texto das medidas preventivas, conforme minuta em anexo.\* -----

**FUNDAMENTOS DE DIREITO:** O disposto no artigo 109.º, n.ºs 1, 3, 5, 6, 7, em conjugação com o artigo 148.º, artigo 107.º, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, artigo, 110.º, artigo 111.º, artigo 112.º, todos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - constante do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, pelas Leis n.ºs 58/2005, de 29 de Dezembro, e 56/2007, de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, Decreto-Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro e pelo Decreto Lei 181/2009, de 7 de Agosto; o disposto no artigo 53.º, n.º 3, alínea b) e do n.º 2, alínea a) do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Em anexo: Ofício n.º 587 DSOT/2010, de 27.04.2010 da CCDRA contendo Parecer sobre Medidas Preventivas (anexo I);\*-----

Proposta Final de Medidas Preventivas (Anexo II).\* ”-----

\* Documentos que são dados como reproduzidos na presente acta com o número onze, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez ainda referência à forma positiva e expedita das entidades intervenientes no processo, às quais agradeceu, bem como aos técnicos que se empenharam na elaboração do mesmo. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alberto de Brito, referindo que aquando da instalação daquele Aterro Sanitário, ficou com a ideia de que o mesmo poderia vir a ser deslocado, de forma rotativa, para os outros concelhos cujos resíduos são ali tratados, questionando, se existia aquela intenção.-----

Questionou também sobre o número de trabalhadores que a AMBILITAL emprega e a sua origem, por freguesia.-----

Solicitou ainda informação sobre os apoios monetários e materiais que a AMBILITAL concede, anualmente, por freguesia.-----

O Senhor Presidente referiu que era Presidente da Câmara Municipal aquando do desenvolvimento do processo de instalação do Aterro Sanitário, para tratamento dos resíduos dos Municípios do Litoral Alentejano e dos Municípios de Ferreira do Alentejo e de Aljustrel, tendo em conta os benefícios do sistema para os mesmos. Acrescentou que a aceitação da localização daquele equipamento no Município de Santiago do Cacém, teve a ver com a centralidade do Município, e por uma questão de coerência, tendo em conta que a mesma sempre é evocada quando se trata de reivindicar a instalação de outros equipamentos, dando como exemplo, o Hospital do Litoral Alentejano. -----

Mais informou que foi acordado que a empresa que viesse a ser constituída para gerir o sistema deveria ficar sediada na Freguesia de Ermidas, o que aconteceu, e que, sempre que possível e em condições iguais, o recrutamento dos trabalhadores seria feito naquela freguesia e tendo em conta a leis laborais em vigor. Acrescentou que foi também acordado que a empresa gestora, dentro das suas possibilidades, colaboraria com as instituições de Ermidas, sendo do seu conhecimento que foram dados alguns apoios, nomeadamente à Paróquia e ao Futebol Clube Ermidense. -----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito, referindo que acompanhou o processo de instalação do Aterro Sanitário, desde o seu início, informando que nas reuniões que tiveram lugar com as populações de Alvalade e de Ermidas, foi definido que o recrutamento do pessoal seria feito nestas freguesias, sempre que possível, acrescentando que trabalham naquele local um número significativo de profissionais daquelas freguesias e outros residentes em Azinheira de Barros e em Grândola. -----

Mais informou não se recordar de qualquer abordagem relativa à deslocalização do equipamento para outros municípios, considerando que seria difícil a sua concretização. Concluiu, referindo a sua satisfação pela rapidez com que o assunto em discussão foi tratado pelas entidades intervenientes, tendo em conta a importância do projecto, e o seu apreço por todos os que trabalharam para a sua concretização. -----

O Senhor Rui Madeira informou que a Feira Medieval, iniciativa que se realiza, anualmente, em Alvalade, tem sido também apoiada pela AMBILITAL, acrescentando que o mesmo acontece com as Festas de Santa Maria que se realizam em Ermidas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinha tomado nota das questões colocadas e que iria procurar junto da empresa gestora daquele equipamento as respostas às mesmas, dado que só tinha preparado os elementos relativos ao assunto em apreço. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

## **2. Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dez.**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dez. \*-----

**FUNDAMENTOS: Um** – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

**Dois** – Conforme disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número doze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Maria Odília Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. Cinco abstenções, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

## **3. Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dez Dois Mil e Treze**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dez Dois Mil e Treze. \*-----

**FUNDAMENTOS: Um** – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

**Dois** – Conforme o disposto na Alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois

votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Maria Odília Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. Cinco abstenções, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

#### **4. Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral - CIMAL - Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2010.** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar Imputação da primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2010, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, no montante de 14.099,00€ (Catorze mil e noventa e nove euros), equivalente a um quinto do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da CIMAL.

**FUNDAMENTOS:** Nos termos do n.º 2 do Artigo 22 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Nuno Braz, criticando o modelo de financiamento àquele tipo de entidades, por não o considerar totalmente claro, acrescentando que o mesmo deveria ser estabelecido com base noutros critérios, e que não são perceptíveis os benefícios que resultarão para o Município. -----

Mais considerou que se trata de estruturas pesadas, cujo pessoal é pago pelos municípios, lembrando que as coisas não correram bem com a REGI. -----

Referiu ainda que na próxima sessão da Assembleia Municipal gostaria que fossem disponibilizados os estatutos de todas as entidades participadas pelo Município. -----

O Senhor Francisco Roque questionou sobre o número de quadros da REGI e competências desta que irão passar para a CIMAL, como será feita a integração dos projectos, em termos de financiamento, e como irão ser desenvolvidos no âmbito das candidaturas aos quadros comunitários. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a imputação de encargos da CIMAL resulta da integração de quatro funcionários da REGI, e que as competências que passarão para a CIMAL serão no âmbito da modernização administrativa na área da sociedade de conhecimento. -----

Mais referiu que foi necessário tomar medidas no sentido da extinção da REGI, tendo em conta os maus resultados de gestão e para evitar que a factura a pagar pelos municípios fosse ainda mais elevada. -----

Acrescentou que na sequência das mudanças políticas que ocorreram no contexto do Litoral Alentejano, foram tomadas decisões relativamente à alteração da composição da REGI que mereceram da sua parte e de outros membros da Associação de Município do Litoral Alentejano, um repúdio total, pela forma pouco ética como foi feita e pelos

critérios que presidiram à nomeação da nova Directora Executiva, mais tarde substituída, devido a uma sucessão de factos negativos, para os quais, várias vezes, chamou a atenção.-----

O Senhor Hugo Ferreira contestou o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter utilizado critérios diferentes para responder às questões colocadas em assunto anterior e às que foram colocadas no assunto em apreço, fazendo, neste caso, críticas políticas a pessoas que não estavam presentes para se defenderem, considerando ainda que as mesmas não eram relevantes para o esclarecimento sobre o assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratavam de questões diferentes. -----

Interveio novamente o Senhor Francisco Roque, referindo que as questões que colocou são fundamentadas no facto do Município estar a assumir custos que resultam de decisões da CIMAL, considerando que os membros da Assembleia Municipal devem ser devidamente informados sobre o assunto para poderem decidir. -----

Acrescentou que estes assuntos deveriam ser abordados na Assembleia Municipal antes da tomada de decisões sobre os mesmos.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e seis votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Maria Odília Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, cinco dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma abstenção do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e duas horas e seis minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_